

Os Desafios do Brasil para o Cumprimento do ODS 4: Desigualdades, Políticas e Indicadores da Educação Básica

Brazil's Challenges in Achieving SDG 4: Inequalities, Policies, and Basic Education Indicators

Los Desafíos de Brasil para Cumplir el ODS 4: Desigualdades, Políticas e Indicadores de la Educación Básica

Alfredo Marcus Guimarães¹

RESUMO

Este artigo analisa criticamente os desafios estruturais que limitam o avanço da educação básica brasileira diante das metas estabelecidas pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS 4), voltado à promoção de uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade. Com abordagem qualitativa, documental e analítico-interpretativa, o estudo examina políticas públicas, legislações nacionais, relatórios governamentais e indicadores educacionais, articulando-os à literatura especializada. Os resultados revelam persistentes desigualdades regionais, raciais e socioeconômicas, derivadas de um histórico subfinanciamento e da fragilidade das políticas de Estado. Tais fatores comprometem a efetivação de princípios essenciais da Agenda 2030, destacando a necessidade de ações intersetoriais, financiamento adequado, valorização docente e estratégias antirracistas que garantam equidade na aprendizagem. Conclui-se que o cumprimento do ODS 4 requer planejamento contínuo, governança cooperativa e políticas educacionais capazes de enfrentar desigualdades estruturais que atravessam o sistema educacional brasileiro.

Palavras-chave: Educação básica; ODS 4; Políticas públicas; Desigualdades educacionais; Equidade.

ABSTRACT

This article critically examines the structural challenges that hinder the advancement of Brazilian basic education in relation to the goals of Sustainable Development Goal 4 (SDG 4), which aims to ensure inclusive, equitable, and quality education. Using a qualitative, documentary, and analytical-interpretative approach, the study analyzes public policies, national legislation, government reports, and educational indicators, connecting them with specialized literature. The findings reveal persistent regional, racial, and socioeconomic inequalities, resulting from historical underfunding and unstable state policies. These factors compromise the implementation of essential principles of the 2030 Agenda, highlighting the need for intersectoral action, adequate financing, teacher appreciation, and anti-racist strategies to ensure equity in learning. The study concludes that achieving SDG 4 requires continuous planning, cooperative governance, and educational policies capable of addressing the structural inequalities embedded in the Brazilian educational system.

Keywords: Basic education; SDG 4; Public policies; Educational inequalities; Equity.

1-Mestrando em Ciências da Educação pela Ivy Enber Christian University, Bacharel em Direito pela Universidade São Francisco, Licenciado em História pelo Centro Universitário ETEP
<https://orcid.org/0009-0003-5106-8232>

Resumen

Este artículo analiza críticamente los desafíos estructurales que limitan el avance de la educación básica brasileña frente a las metas del Objetivo de Desarrollo Sostenible 4 (ODS 4), orientado a promover una educación inclusiva, equitativa y de calidad. Con una metodología cualitativa, documental y analítico-interpretativa, el estudio examina políticas públicas, legislaciones nacionales, informes gubernamentales e indicadores educativos, articulándolos con la literatura especializada. Los resultados evidencian desigualdades regionales, raciales y socioeconómicas persistentes, derivadas del subfinanciamiento histórico y de la fragilidad de las políticas estatales. Tales factores comprometen la efectividad de los principios de la Agenda 2030, destacando la necesidad de acciones intersectoriales, financiamiento adecuado, valorización docente y estrategias antirracistas que garanticen equidad en el aprendizaje. Se concluye que el cumplimiento del ODS 4 requiere planificación continua, gobernanza cooperativa y políticas educativas capaces de enfrentar las desigualdades estructurales que atraviesan el sistema educativo brasileño.

Palabras clave: Educación básica; ODS 4; Políticas públicas; Desigualdades educativas; Equidad.

1. Introdução

A educação básica ocupa posição estratégica na consolidação do desenvolvimento humano, social e econômico do Brasil. Apesar de avanços normativos e da ampliação do acesso escolar nas últimas décadas, a qualidade e a equidade educacional permanecem como desafios persistentes, revelando tensões profundas entre marcos legais e realidade institucional. A incorporação da Agenda 2030 — especialmente o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS 4) — ampliou esse debate ao estabelecer metas voltadas à inclusão, equidade e aprendizagem significativa.

Entretanto, o cenário educacional brasileiro continua marcado por desigualdades estruturais que atingem de forma mais intensa estudantes negros, indígenas, populações periféricas, regiões historicamente vulnerabilizadas e famílias de baixa renda. Convergindo com esse diagnóstico, autores como Freire (1996), Saviani (2008), Arroyo (2012) e Gomes (2017) destacam que a escola, enquanto instituição social, reflete contradições e assimetrias presentes na sociedade. Desse modo, compreender as condições reais de implementação das metas internacionais constitui tarefa fundamental para avaliar a capacidade do país de cumprir compromissos assumidos no campo da educação.

Este artigo tem como objetivo analisar criticamente os principais desafios para o cumprimento do ODS 4 no Brasil, considerando a relação entre políticas públicas, desigualdades educacionais

e indicadores oficiais. A relevância científica reside na necessidade de aproximar o debate global da Agenda 2030 das condições materiais e institucionais da educação básica brasileira, revelando limites e possibilidades de transformação.

2. Referencial Teórico

A análise aqui desenvolvida apoia-se em um conjunto de referenciais críticos que interpretam a educação como prática social, política e histórica.

Paulo Freire (1996) compreende a educação como prática da liberdade e enfatiza a necessidade de combater estruturas opressoras que produzem exclusões escolares. Para ele, a melhoria das condições de aprendizagem está associada à democratização real do acesso ao conhecimento e à superação das desigualdades sociais.

Saviani (2008; 2019), por sua vez, destaca que a história da educação brasileira se caracteriza por avanços descontínuos e políticas fragmentadas, responsáveis pela fragilidade estrutural das escolas públicas. O autor defende um projeto educacional orgânico, capaz de articular expansão quantitativa com qualidade formativa.

Arroyo (2012; 2018) amplia essa discussão ao argumentar que os sujeitos das classes populares vivenciam desigualdades históricas que atravessam suas trajetórias escolares. Para ele, políticas públicas que ignoram determinantes sociais, econômicos e territoriais tendem a reproduzir exclusões.

O debate sobre desigualdades raciais é fundamentado por Gomes (2017; 2021), Munanga (2019) e Carneiro (2020), que interpretam o racismo como fenômeno estrutural, reproduzido pelas instituições, incluindo a escola. Esses autores demonstram que a população negra enfrenta barreiras cumulativas que se refletem em menores índices de proficiência, maior atraso escolar e menor permanência. Além disso, Rezende Pinto (2015; 2018) contribui para a compreensão da desigualdade federativa e do subfinanciamento, destacando que municípios e estados possuem capacidades profundamente desiguais de oferta educacional. Por fim, Evaristo (2020) acrescenta a importância da gestão democrática e intersetorial para o enfrentamento de desigualdades locais.

Essas perspectivas convergem na compreensão de que a efetivação do ODS 4 demanda políticas públicas contínuas, redistributivas e comprometidas com justiça social.

3 Metodologia

A pesquisa assume abordagem qualitativa, documental e analítico-interpretativa. Foram examinados:

- **documentos institucionais** (CF/1988; LDB; ECA; PNE 2014–2024; relatórios MEC/INEP);
- **indicadores educacionais** (IDEB, distorção idade-série, taxas de escolarização);
- **relatórios internacionais** (ONU; UNESCO);
- **literatura científica** nacional e internacional.

A análise baseou-se em triangulação metodológica, articulando:

1. **Análise documental:** interpretação crítica de marcos legais e relatórios oficiais.
2. **Análise de conteúdo:** identificação de categorias centrais relacionadas a desigualdade, equidade, financiamento e políticas públicas.
3. **Análise interpretativa:** confrontação entre metas universais (ODS 4) e indicadores reais da educação básica brasileira.

Esse percurso metodológico permitiu compreender limites, potencialidades e contradições presentes nas políticas educacionais.

4 Resultados e Discussão

4.1 Desigualdades regionais e federativas

A educação básica brasileira apresenta desigualdades históricas entre regiões, especialmente entre Norte/Nordeste e Sul/Sudeste. Municípios com baixo IDH enfrentam dificuldades de infraestrutura, falta de docentes qualificados, escolas incompletas e baixos índices de aprendizagem.

Saviani (2012) observa que a descentralização das responsabilidades não foi acompanhada da equalização dos recursos, o que gera assimetrias profundas no sistema. O IDEB confirma esse cenário: enquanto redes do Sul e Sudeste alcançam médias superiores às metas, muitos municípios do Norte e Nordeste permanecem abaixo dos indicadores esperados, revelando limites da política federativa atual.

4.2 Desigualdades raciais e de classe

As desigualdades educacionais também se estruturam por marcadores de raça e classe. Estudantes negros, indígenas e de baixa renda concentram maiores taxas de reprovação, distorção idade-série e abandono.

Gomes (2021) afirma que desigualdades raciais não são meros reflexos socioeconômicos, mas práticas estruturais que se reproduzem nas relações pedagógicas. Munanga (2019) reforça que o racismo institucional impacta diretamente oportunidades educacionais.

A interseção entre raça, classe e território cria barreiras cumulativas que dificultam o cumprimento das metas do ODS 4 relacionadas à equidade e qualidade.

4.3 Subfinanciamento e fragilidade das políticas públicas

O financiamento da educação básica permanece insuficiente. Municípios dependem majoritariamente do Fundeb, ainda incapaz de equalizar disparidades estruturais. Autores como Pinto (2018) defendem a adoção plena do Custo-Aluno-Qualidade (CAQ), fundamental para reduzir desigualdades entre redes.

Além disso, políticas educacionais brasileiras sofrem com descontinuidade administrativa, mudanças abruptas de diretrizes e fragilidade de programas estruturantes, como PNAIC, Parfor e ProInfância. Essa instabilidade compromete a implementação de ações integradas e de longo prazo.

4.4 Entre metas ambiciosas e resultados limitados

Relatórios recentes do INEP demonstram que mais da metade das metas do PNE 2014–2024 apresenta baixo ou nenhum grau de cumprimento, especialmente aquelas relacionadas a:

- formação e valorização docente;
- universalização da educação infantil;
- melhoria da qualidade do ensino médio;
- redução das desigualdades.

A combinação entre desigualdades estruturais, subfinanciamento e políticas fragmentadas revela a distância entre os compromissos internacionais e a realidade da educação básica no Brasil.

5 Considerações Finais

A análise realizada demonstra que o Brasil possui arcabouço normativo robusto, mas enfrenta limitações estruturais significativas para cumprir as metas do ODS 4. As desigualdades regionais, raciais e de classe, associadas ao subfinanciamento e à fragilidade das políticas públicas, constituem barreiras para a universalização da aprendizagem e a melhoria da qualidade educacional.

O avanço rumo às metas da Agenda 2030 exige:

- financiamento adequado e redistributivo;
- implementação efetiva do CAQ;
- valorização e formação continuada docente;
- políticas de Estado e não de governo;
- ações intersetoriais articuladas;
- estratégias antirracistas e inclusivas;
- monitoramento participativo e transparente.

A superação desses desafios não pode ser entendida como responsabilidade restrita à escola, mas como compromisso coletivo do Estado, da sociedade e da comunidade escolar. Somente com políticas educacionais permanentes, democráticas e baseadas na equidade será possível aproximar o país dos princípios e metas do ODS 4 e consolidar uma educação básica capaz de promover justiça social e desenvolvimento sustentável.

Referências

- ARROYO**, Miguel. Ofício de mestre: imagens e autoimagens. Petrópolis: Vozes, 2012.
- ARROYO**, Miguel. Educação e desigualdades. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
- BRASIL**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996.
- BRASIL**. Plano Nacional de Educação 2014–2024. Brasília: MEC, 2014.
- CARNEIRO**, Sueli. Racismo estrutural e educação. São Paulo: Jandaíra, 2020.
- COSTA**, Wellington. Financiamento da educação e desigualdades. Brasília: Inep, 2019.
- CURY**, Carlos Roberto Jamil. Direito à educação: fundamentos, princípios e normas. São Paulo: Cortez, 2002.
- FREIRE**, Paulo. Pedagogia da Autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GIL**, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- GOMES**, Nilma Lino. O movimento negro educador. Belo Horizonte: Mazza, 2017.
- GOMES**, Nilma Lino. Educação e relações raciais. São Paulo: Autêntica, 2021.
- INEP**. Relatório de Monitoramento do PNE. Brasília, 2022.
- MUNANGA**, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2019.
- PINTO**, José Marcelino de Rezende. O financiamento da educação no Brasil. São Paulo: Cortez, 2018.
- SAVIANI**, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2008.
- SAVIANI**, Dermeval. Sistema nacional de educação e plano nacional de educação. Campinas: Autores Associados, 2019.
- TORRES**, Rosa Maria. Educação e ODS. Buenos Aires: IIPE-UNESCO, 2019.
- UNESCO**. Global Education Monitoring Report. Paris, 2018.